

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Carmen Terezinha Barcellos Lorenci

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO
PALEONTOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS**

Restinga Sêca, RS
2015

Carmen Terezinha Barcellos Lorenci

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO PALEONTOLÓGICO NO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Pública Municipal**.

Orientadora: Marta Olivia Rovedder de Oliveira

Restinga Sêca, RS
2015

Carmen Terezinha Barcellos Lorenci

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO PALEONTOLÓGICO NO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Pública Municipal**.

Aprovado em 15 de dezembro de 2015.

Marta Olivia Rovedder de Oliveira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Clandia Maffini Gomes, Dra. (UFSM)

Flavia Luciane Scherer, Dra. (UFSM)

Restinga Sêca, RS
2015

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO PALEONTOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

ANALYSIS OF PUBLIC POLICY PALEONTOLOGICAL TOURISM SANTA MARIA CITY-RS

Carmen Terezinha Barcellos Lorenci¹ e Marta Olivia Rovedder de Oliveira²

RESUMO

O presente artigo buscou identificar e analisar as políticas públicas municipais do turismo paleontológico no município de Santa Maria - RS e a contribuição destas para o desenvolvimento local. A pesquisa qualitativa foi embasada em dados primários e secundários. A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas abertas aplicadas no mês de novembro de 2015 para cinco (5) gestores públicos da Secretaria de Município de Turismo, em nível de direção e estratégico. Buscou-se interpretar a visão e a compreensão destes gestores sobre as políticas públicas adotadas para o turismo paleontológico no município. Os dados secundários amparados na bibliografia do turismo, das políticas públicas, da paleontologia, e documentos como o Plano Municipal de Turismo, além de revistas e reportagens de jornais. Neste contexto foi realizada uma análise do conteúdo com o suporte das entrevistas e do referencial teórico da pesquisa. O resultado demonstrou que a política municipal de turismo paleontológico está em implantação, sendo uma das ações a formatação institucional de um Roteiro Paleontológico, um diferencial para o Estado. Os gestores reconhecem que há carência de recursos financeiros e humanos, e apontam a educação nas escolas para fortalecer este segmento no município e região. Conclui-se ser fundamental a continuidade desta política para ampliar a capacitação e a qualificação do setor e fortalecer as parcerias com as Instituições de Ensino Superior para inserir a educação paleontológica no ensino municipal. Esta atitude poderá mudar o cenário do turismo atual e refletir numa comunidade mais consciente do valor seu patrimônio paleontológico como recurso científico, cultural e turístico.

Palavras-chave: Gestão pública municipal. Política pública de turismo. Turismo paleontológico.

ABSTRACT

This paper aims to identify and analyze the municipal public policies of the paleontological tourism in the municipality of Santa Maria - RS and their contribution to local development. The qualitative research was based on primary and secondary data. The primary data collection was accomplished through open interviews applied in November 2015 to five (5) public officials of the Secretariat of the Municipality of tourism, in terms of direction and strategic. He attempted to interpret the vision and understanding of managers on public policies adopted for the paleontological tourism in the county. Secondary data supported in the tourism literature, public policy, paleontology, and documents such as the Municipal Tourism Plan, as well as magazines and newspaper reports. In this context, an analysis of the content with the support of the interviews and the theoretical framework of the research was conducted. The results showed that the municipal policy paleontological tourism is being implemented, one of the shares to institutional formatting a Paleontological map, a differential for the state. Managers recognize that there is a lack of financial and human resources, and link education in schools to strengthen this segment in the city and region. We conclude it is essential to continue this policy to expand the training and qualification sector and strengthen partnerships with Higher Education Institutions to enter the paleontological education in municipal schools. This attitude could change the scenario of the current tourism and reflect a community more aware of the value of their paleontological heritage as a scientific resource, culture and tourism.

KEYWORDS: Municipal public administration. Public tourism policy. Paleontological tourism.

¹ Mestre em Patrimônio Cultural e Graduada em Gestão de Turismo/UFSM, Brasil. E-mail: carlorensm@gmail.com

² Prof^ª. Dr^ª / UFSM, Brasil. E-mail: marta.oliveira@ufsm.br

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que promove o desenvolvimento de localidades com potencial de atrativos ou ofertas que podem ser transformadas em produtos para atrair visitantes, divulgar a localidade e conseqüentemente, promover trabalho e renda em uma cadeia de serviços visando à sustentabilidade turística. Para sua implantação necessita de um planejamento adequado, de profissionais capacitados e de um mercado consumidor. Por outro lado, deve ser amparado por meio de políticas públicas do setor, que irão identificar, dimensionar e nortear os caminhos do desenvolvimento turístico, sejam estas no âmbito nacional, regional e local.

No Brasil, os instrumentos orientadores e estratégicos da área do turismo estão vinculados ao Ministério do Turismo (MTur) e são respectivamente: o Plano Nacional de Turismo (PNT) e o Plano de Regionalização do Turismo (PRT).

O Plano Nacional de Turismo (PNT) surge como política pública a partir de 2003 contemplando diretrizes, planos e metas para o turismo brasileiro, inicialmente para o período de 2003 a 2007, focando seus objetivos na:

qualidade do produto turístico, diversificação na oferta turística, estruturação dos destinos turísticos, ampliação e qualificação do mercado turístico, aumento da competição do produto turístico internacionalmente, a ampliação do consumo do produto turístico nacionalmente, bem como o aumento médio do consumo e permanência do turista (BRASIL, 2003, p.18).

No entanto, para o período de 2007-2010, o PNT (2007) trouxe orientações para o desenvolvimento do turismo interno, da inclusão social, da qualificação profissional, da valorização das diversidades regionais e geração de emprego e renda, entre outras.

O atual Plano Nacional de Turismo 2013-2016, em seu contexto de política pública de turismo tem por objetivos: “incentivar o brasileiro a viajar pelo país; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro; e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos” (PNT, 2013, p.8).

Mas foi através do Plano Regional de Turismo (PRT) criado em 2003, um instrumento de gestão participativa descentralizada, em consonância com o Plano Nacional de Turismo, que o Ministério do Turismo, passou a “reconhecer o espaço regional e a segmentação do turismo, construído e implementado pelos próprios atores públicos e privados nas diversas

regiões do país, constitui uma estratégia facilitadora desenvolvimento territorial integrado” (BRASIL, 2013, p.57). O entendimento e o uso adequado de suas diretrizes orientam e possibilitam a criação de novos produtos, como rotas e roteiros e promovem o aumento do fluxo turístico, da capacitação, da mão de obra e do fortalecimento da governança local (BRASIL, 2007).

Os planos nacionais facilitam a criação de Planos Municipais de Turismo, documento básico para orientar os gestores no turismo de seus municípios e contribuir com a organização do setor. Vislumbrando o cenário atual do turismo no Brasil e o crescimento que ocorreu a partir de 2003 no turismo regional e local, esta pesquisa tem foco na política pública de turismo paleontológico em Santa Maria - RS.

A escolha do município é motivada pelo conhecimento prévio da autora sobre o mesmo e a percepção da necessidade de ampliar o entendimento de Políticas Públicas. Para Barreto et al. (2003, p.33), “as políticas públicas são ações do Estado orientadas pelo interesse geral da sociedade”, ou seja, a sociedade civil baseada em seus desejos e necessidades, pressiona os agentes de governo, para atenderem seus interesses.

Para Dias e Matos (2012, p.14) “as políticas públicas devem atender as demandas da sociedade através da utilização de metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de atingir os objetivos e metas predefinidos”. Dessa forma, o cidadão passa a colaborar com a criação das políticas públicas em várias dimensões do desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, incluindo-se as Políticas de Turismo.

O município de Santa Maria com população de 276.108.000 habitantes segundo IBGE (2010), é o mais populoso da região central do RS. Na área de turismo destacam-se os cursos superiores de Bacharelado em Turismo – Universidade Franciscana (UNIFRA); e Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), além da atuação regional da Associação de Hotéis, Restaurantes, Agências de Viagens e Turismo de Santa Maria (AHTURR).

Este município vem desenvolvendo ações em prol do turismo como o projeto “Santa Maria e Região na Copa do Mundo 2014”. Esta campanha contou com criação, divulgação e promoção do roteiro turístico de paleontologia “Conhecendo os Fósseis do Triássico”, e da Exposição “Fósseis do Triássico”, ambos resultados de parceria público/privada, envolvendo os municípios de Santa Maria, São Pedro do Sul, Mata e São João do Polêsine; empresas e serviços do turismo e o setor comercial de Santa Maria. (JACQUES, 2014).

Sendo o turismo paleontológico um dos fortes atrativos da região Central do RS, institucionalizado pela Rota Paleontológica desde 2003, a pesquisa buscou identificar e analisar a política pública de turismo paleontológico e entender qual o envolvimento dos gestores municipais do turismo e que reflexos esta política tem na comunidade local.

Dessa forma, a pesquisa procurou responder o seguinte problema: qual a avaliação dos gestores e técnicos da área de turismo municipal, quanto à contribuição das políticas de turismo Paleontológico para desenvolvimento do município de Santa Maria?

Entende-se que o estudo contribuirá para o aprofundamento do pesquisador sobre políticas de turismo local e tornará esclarecedor o papel do poder público em relação ao desenvolvimento do “turismo paleontológico”. Poderá estimular a implantação das políticas públicas de turismo, para outros municípios que abrigam em seu território o patrimônio paleontológico, constituído por sítios, afloramentos com fósseis de animais e plantas; restos fósseis; pegadas fósseis; bem como os museus com fósseis e réplicas de fósseis e os laboratórios técnicos das Instituições de Ensino Superior (IES).

No âmbito do turismo técnico científico, a paleontologia interessa a diferentes públicos e auxilia na educação patrimonial e ambiental; dinamiza a pesquisa científica por meio das universidades em visitas técnicas ao seu corpo docente e discente das áreas de geografia, geologia, biologia, e afins. Na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), a paleontologia agrega aprendizados nas disciplinas de Ciências. Para o leigo, este tipo de turismo desperta a curiosidade sobre a vida na terra há milhões de anos, já que permite visitar lugares que guardam a memória da terra, como sítios paleontológicos e fósseis em museus.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão teórica foi baseada em temas que fundamentam a pesquisa como: o turismo, turismo paleontológico, políticas públicas, políticas públicas de turismo e a paleontologia.

2.1 O Turismo e o turismo Paleontológico

O turismo enquanto atividade que se inclui no setor de serviços, é multidisciplinar e tem um papel sócio- econômico para os municípios que desejam investir no setor.

Para Beni (2006), o turismo é um processo complexo para a tomada de decisão do turista. Este procura consumir produtos turísticos que satisfaçam seus anseios, estejam dentro de seu poder aquisitivo e busca por roteiros diferenciados. Neste sentido, a diversidade de atrativos turísticos de cada lugar é o caminho para a criação de uma oferta com foco na segmentação do turismo, voltada para públicos específicos que buscam consumir produtos de seu interesse.

A segmentação turística surge com o Programa de Regionalização do Turismo (2003-2007), que seguindo as premissas do Ministério do Turismo, elencou os seguintes segmentos turísticos para o Brasil: turismo cultural, turismo de negócios e eventos, turismo rural, turismo de sol e praia, ecoturismo, turismo de aventura, turismo de pesca, turismo de saúde, turismo náutico, turismo social e turismo de estudos e intercâmbio.

O turismo paleontológico expressado pelo patrimônio fóssil, insere-se no segmento do turismo cultural que abrange entre outros, o turismo técnico-científico, que interessa a um diversificado público como estudantes, universitários, pesquisadores e turistas de modo geral. Segundo BRASIL (2008, p.16), “Turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Sendo o fóssil um patrimônio, este tem despertado em vários países estratégias de preservação como em Portugal, onde é definido pelos geólogos (CACHÃO E MARQUES DA SILVA, 2004, p.14) como “o **registro paleontológico** (ou registo fóssil) que constitui o conjunto de toda a informação paleontológica (os fósseis, suas relações e seu contexto) preservada no registro geológico do Planeta”.

O Brasil também possui expressivos registros fósseis representativos do passado geológico do país e neste quesito, alguns municípios que já despertaram para transformar este patrimônio paleontológico em produto turístico. Cita-se o exemplo do município de Souza no sertão da Paraíba, onde desde 1992 as pegadas de dinossauros (icnofósseis), de milhões de anos passaram a ser protegidas com a criação do Monumento Natural Vale dos Dinossauros. Segundo os autores Santos; Barbosa e Carvalho (2011, p.131), “atualmente apresenta infraestrutura precária, possuindo poucos funcionários e recursos para investir na manutenção do local. Falta apoio de instituições públicas, privadas e da população de Souza”.

No Rio Grande do Sul, a Rota Paleontológica instituída em 2003 integra os municípios que tem registros fósseis de animais e vegetais, da Era Mezozóica, do Período Triássico de aproximadamente 200 a 250 milhões de anos, conhecida como a “Era dos Dinossauros”.

Neste espaço há o registro do mais primitivo dinossauro da Terra, que foi encontrado em Santa Maria, no ano de 1936, no sítio da Alemoa e batizado de *Staurikosaurus pricei*. Seu descobridor o paleontólogo Llewellyn Ivor Price (1905-1980), filho de pais norte-americanos, nasceu em Santa Maria (RS) e foi considerado um pioneiro no estudo dos vertebrados fósseis. Outros importantes dinossauros achados nos sítios da região central, na extensão da Rota Paleontológica também já foram descritos para a ciência (DA ROSA, 2009, 2011; MANZIG, WEINSCHUTZ, 2012).

O turismo paleontológico ou paleoturismo, agrega a informação da história da terra promovendo o conhecimento, que está além de uma simples observação ou contemplação; mas que contribui para a valorização e preservação dos fósseis enquanto patrimônio cultural do território. Constituindo-se em importante fonte de desenvolvimento sustentável (econômico, social e cultural), este tipo de turismo é construído com a oferta turística que envolve o patrimônio paleontológico resultando em: visitação aos museus, rotas temáticas, parques paleontológicos, trilhas ou caminhos formatados, exposições de fósseis ou réplicas, oficinas de modelagem de fósseis, visitas a sítios para assistir escavações (SCHWANKE & SILVA, 2004; DA ROSA, 2005; MANZIG E WEINSCHUTZ 2012; DOMINGOS, 2013).

O turismo em seu amplo contexto interdisciplinar permite autonomia à cada município identificar suas potencialidades e/ou construir seu planejamento na área, amparados pela legislação nacional do turismo, planos estaduais e programas institucionais.

Para Cruz (2015, p. 40),

O planejamento do turismo, seja ele numa escala regional ou local, não se dá sobre um espaço “plano” e “vazio”, um receptáculo puro e simples de nossas ações. Ao contrário, este planejamento se dá sobre um espaço concreto, herdado, histórica e socialmente construído, e que, portanto, se nos apresenta como um “constrangimento objetivo” ao desenvolvimento das relações sociais.

Neste entendimento, o turismo precisa ser planejado de acordo com a realidade de cada local, refletindo a identidade de uma região, ancorado nos esforços de diferentes atores sociais, gestores públicos e profissionais do mercado. A nível local, o turismo deve ser gerido e formatado pelo viés das políticas públicas com participação democrática social.

2.2 Políticas Públicas

Política pública, segundo Dias (2003, p.121) “é um conjunto de ações executada pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade”. No

entanto, Rua (2009, p.19) diz que: “políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”.

Já a definição de Souza (2006, p.26) diz: “política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Conforme destaca Saraiva (2006), foi na década de 80 que os sistemas de planejamento governamental avançaram, tornaram-se mais dinâmicos influenciados pelo advento da tecnologia, economia e administração, fortalecendo a inclusão da política pública.

Ao discorrer sobre os diversos modelos e definições acerca de políticas públicas, Souza sintetiza seus principais elementos como sendo (SOUZA, 2006. p.36):

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

O teórico Souza (2006, p.40) diz que:

O principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

Dessa forma, no entendimento de Souza (2006), as políticas públicas nascem a partir de uma necessidade (problema) e são multidisciplinares, pois influenciam e criam inter-relações com o Estado, política, economia e sociedade.

Mas a política segue processos ou etapas de implementação, que dão origem ao Ciclo das Políticas Públicas a qual envolve a formação da agenda, a elaboração do problema, a formulação da alternativa, a implementação do planejamento, a execução das ações, o acompanhamento da execução e finalmente a avaliação com mensuração dos resultados (RUA, 2009; SARAIVA, 2006).

2.2.1 As políticas públicas do Turismo e a Paleontologia

Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território (CRUZ, 2000). Portanto, esta envolve a construção de instrumentos que estejam voltados para orientar a curto, médio e longo prazo, o processo de desenvolvimento do turismo a nível nacional, regional e local.

As bases legais para a paleontologia no Estado do RS estão em dois importantes documentos: a) o Código Estadual de Meio Ambiente (2000) determina em seus artigos 187, 188 e 189, o Estado como ente responsável pela proteção, educação e divulgação do patrimônio fóssil; b) a Lei Estadual nº 11.738 (2001), que declara como integrantes do patrimônio cultural do Estado, os municípios que tem sítios paleontológicos como Santa Maria, São Pedro do Sul e Mata. Em seu Art 2º apresenta dois parágrafos importantes:

§ 4º - A exploração sócio-econômica só será permitida para o incremento do turismo, com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico regional, e sob supervisão de instituição sediada no Estado dedicada à pesquisa em paleontologia.

§ 5º - A exploração turística será feita, preferencialmente, com a instituição de parques paleontológicos, com guias oficialmente credenciados.

A partir do reconhecimento de região paleontológica pelo Estado, a região Central do Rio Grande do Sul fomenta sua política pública na área da paleontologia, criando em 1998, por meio do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) a Rota Paleontológica. Abrangendo uma extensão de 300 Km é composta por 21 municípios a partir de Candelária (ao leste) até São Vicente do Sul (ao oeste), constituindo-se de acordo com Lorenci (2013, p.53) como “a primeira Rota Turística criada para a região Central do Rio Grande do Sul”.

No ano de 2005, a Rota Paleontológica recebeu por meio do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), uma sinalização turística para identificar os municípios componentes da rota, despertando a nível regional um maior interesse pelo setor do turismo paleontológico. Assim, vários eventos técnicos científicos passaram a ser realizados em Santa Maria e região com o tema paleontologia e turismo, fortalecendo a implantação da Rota Paleontológica e aproximando o setor público da sociedade civil nas discussões do turismo, como: o I Fórum Municipal sobre Turismo Paleontológico (2002) no qual foi formada uma comissão para analisar e propor o tema

“Legislação e conscientização – formas de proteção do Patrimônio Paleontológico”; a Primeira Conferência Municipal de Turismo (2009) com objetivo de contribuir para a construção do Sistema Municipal de Turismo, referenciando a importância do turismo para a região, incluindo-se a paleontologia e a I Conferência Temática de Turismo Paleontológico da Região Central (2011), no município de São Pedro do Sul – RS (PM Santa Maria – RS, 2009; LORENCI, 2013).

Neste contexto, Santa Maria por meio da Secretaria de Município de Turismo inicia a construção de seu Plano Municipal de Turismo – PMT (2009-2012) como ferramenta de planejamento do turismo municipal com objetivo de “desenvolver o turismo do município de forma sustentável e integrada com a região” (PMT, 2009, p.11) passando a contemplar 5 eixos estruturantes, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Eixos da Política Municipal de Turismo de Santa Maria.



Fonte: (PMT, 2009-2011, p.12).

Esta política reconhece as potencialidades do turismo em Santa Maria, entre outras, aquelas relacionadas ao patrimônio histórico, ao patrimônio religioso, ao patrimônio natural e ao patrimônio paleontológico (PMT, 2009, p.9). A Política Municipal de Turismo (PMT – 2009, p. 12-13) também elegeu segmentos prioritários, entre eles técnico-científico, onde diz:

Turismo Técnico-Científico: Santa Maria foi pioneira, em 1960, com a criação da primeira universidade federal do interior do Brasil. Nesses quase 50 anos, a cidade tornou-se um pólo educacional, gerando conhecimento e promovendo interessantes pesquisas técnico-científicas. Nesse cenário de achados, o destaque é a paleontologia, com o primeiro fóssil de animal pré-histórico encontrado em 1936, o *Staurikosaurus pricei*, coletado na região de Santa Maria. O tema é fortemente atraente, perpassando o campo dos segmentos técnico-científico e ancorando na promissora área do entretenimento e animação, por meio de parques temáticos.

Mais tarde sob a coordenação da Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM), uma Associação de direito privado sem fins lucrativos e aberta a participação de todos, acontece uma grande experiência democrática e participativa do cidadão local, o **Programa “A Santa Maria que Queremos”**, no período de 2009 a 2014. O resultado foi um Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) para o município, constituindo-se em um instrumento que definiu política para o desenvolvimento local, resultado dos fóruns de discussões e dos 10 mil questionários aplicados pela União das Associações Comunitárias (UAC) nos bairros e vilas da cidade, sinalizando 8 eixos temáticos, (PED, 2013, p.30-31):

(1) crescimento econômico: agronegócio; indústria; turismo, comércio e serviços; empreendedorismo, inovação e tecnologia; economia solidária;

(2) infraestrutura: mobilidade urbana e rodovias; saneamento; aeroporto civil e plataforma logística;

(3) educação;

(4) saúde;

(5) segurança;

(6) cultura;

(7) meio ambiente

(8) gestão pública.

Na abordagem do eixo do crescimento econômico foi destacado o eixo estratégico do turismo, comércio e serviços, conforme o PED (2013, p.49), que “Santa Maria seja reconhecida como destino turístico e que os setores do Turismo, Comércio e Serviços, alcancem 2,5% da participação no VAB (Valor Adicionado Bruto) de serviços do Estado”.

Ainda na abordagem do PED (2013, p.51), em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o Índice de competitividade dos destinos indutores de turismo do RS, aponta para Santa Maria avanços significativos, sejam: Políticas Públicas (61,7%), Cooperação regional (73,8%), Economia local (64,8%), Aspectos sociais (68,4%) e Aspectos ambientais (66,4%).

Constitui-se o PED num precioso instrumento de diretrizes para definição de políticas públicas e serve de orientação ao desenvolvimento local, resultante do programa “A Santa Maria que queremos”, que ao final demonstra os Vetores de Competitividade Municipal, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Vetores de Competitividade.



Fonte: (PED, 2013, p.133).

Estes vetores sinalizam as necessidades do município e as áreas que precisam de investimentos ou melhorias para o alcance de um desenvolvimento sustentável de Santa Maria. Referente ao Polo de Turismo “atuar de forma conjunta com os municípios e demais atores regionais, na exploração sustentável das potencialidades turísticas locais e regionais” (PED, 2013, p.133).

Conforme o PED (2013, p. 53-54) em seu eixo estratégico de turismo, comércio e serviços, tem por objetivo inicial “viabilizar o Plano Municipal de Turismo, implementando os projetos de forma sustentável e integrada com a região”. Em sua proposta nº 10, aborda a paleontologia no sentido de “viabilizar os projetos do Complexo Turístico Paleontológico (Parque Paleontológico Sítio da Alemoa e Rota Paleontológica)”.

As políticas de turismo paleontológico, quando elaboradas observando as parcerias público/privada, de forma democrática e participativa, reproduzem resultados positivos no âmbito sócio-econômico-cultural. Contribuem para a preservação do patrimônio de forma sustentável, como a geração de trabalho e renda para as comunidades detentoras deste patrimônio; no aumento da demanda de turistas e maior permanência destes na região; na valorização do turismo por parte dos endógenos e dos turistas; no esforço da integração regional e preservação da cultura local.

3. MÉTODO

A presente pesquisa é um Estudo de Caso de natureza exploratória e qualitativa que contempla as Políticas Públicas de Turismo Paleontológico no município de Santa Maria.

Alguns autores, (Dencker, 1998, 2000 e Gil, 1999), compartilham ser a pesquisa exploratória constituída de levantamento bibliográfico e documental, que também pode incluir as entrevistas realizadas com pessoas ou analisar exemplos similares.

Os procedimentos metodológicos foram: a coleta de bibliografia a partir de livros, revistas, periódicos, revistas, dissertações; e coleta documental em documentos oficiais como Planos de Turismo Nacional e Plano Municipal de Turismo, legislações, além de reportagens de jornais enfocando assim, o objeto do estudo na área de política pública e de turismo paleontológico.

O público alvo da pesquisa foram 5 gestores públicos municipais representados por uma Secretária de Turismo e quatro (4) Turismólogos, que fazem parte da equipe atual da Secretaria de Município de Turismo de Santa Maria.

No mês de novembro de 2015, foi agendado um horário no órgão público (Secretaria de Município de Turismo) para aplicar aos gestores locais de turismo, um roteiro de entrevista composto por perguntas estruturadas e abertas. Segundo Gil (1996, 1999, 2008), a entrevista é flexível e coloca o entrevistado frente a frente com o entrevistador permitindo obter opiniões, interesses, percepções, vivências, crenças, entre outras.

Após coleta dos dados procedeu-se análise de abordagem qualitativa embasada no conteúdo das respostas obtidas, visando atender os objetivos da pesquisa de identificar e analisar as políticas públicas de turismo paleontológico e sua contribuição no desenvolvimento do município de Santa Maria - RS.

4. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa são apresentados os resultados por meio de análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os gestores públicos da Secretaria de Município de Turismo de Santa Maria – RS.

Inicialmente a entrevista foi realizada com a atual Secretária de Turismo de Santa Maria (quadro 1), que dirige a pasta desde 2008, há quase 7 anos. Com formação superior em Turismo e Mestrado em Comunicação Social, acumula experiência de mais de 45 anos no

turismo composta por uma bagagem do setor público (municipal, estadual e nacional) e do setor privado (docência superior).

Quadro 1 – O turismo em Santa Maria e a política pública de turismo paleontológico.

Gestor Público: Secretária Municipal de Turismo	
O Turismo paleontológico	“O turismo paleontológico é um sinalizador do grande futuro da atividade turística de Santa Maria e região centro”.
A participação da comunidade	A política é “aberta e inclusiva”. “Programas e projetos contemplam o setor urbano e rural”. “População está presente no processo” que inclui “a etapa da sensibilização” até a “conscientização do turismo”. Parcela da comunidade já “usufrui dos benefícios do turismo” e outros estão no “despertar do processo”.
A promoção do turismo	Eventos fortalecem e promovem a imagem do município. Promoção turística é feita “interna e externamente” com objetivo de “promover a cidade para transformar num centro de atratividade”.
Os parceiros do turismo	Setor comercial da cidade é o maior apoiador. Cooperação das IES (universidades). Pouca participação do “trade turístico”.
O trabalho dos Turismólogos	Equipe qualificada com identidade técnica (Turismólogos) é o grande diferencial. “Estes colaboradores” técnicos acumulam experiência e competência para “disputar mercados”.

Fonte: elaborado pela autora.

Analisando o quadro 1, percebe-se que para a atual Secretária, a política pública de turismo ainda está sendo implantada no município e o turismo paleontológico é visto como um sinal do futuro da cidade e da região. Nota-se que o turismo paleontológico embora contemplado na política pública do Plano Municipal de Turismo (PMT, 2009, p. 12-13), como um turismo técnico científico, ainda requer avanços para consolidar-se neste diferencial da região.

Ao tratar da participação da comunidade no turismo a Secretária esclarece que: o turismo local segue uma política inclusiva com a inserção comunitária e a integração regional.

Os programas e projetos estão voltados para o meio rural e urbano, sendo a cidade pensada em seu território contemplando a participação da comunidade. Ação descrita no programa “A Santa Maria que queremos” (PED, 2013) que contou com a União das Associações Comunitárias (UAC) nas decisões do planejamento estratégico municipal, onde o turismo foi eleito entre os 8 eixos temáticos.

Nesta avaliação as propostas municipais estão em acordo com Dias (2004) para o qual a política pública tem que atender aos desejos da sociedade. No mesmo pensamento, se harmonizam com Cruz (2015), que entende o planejamento de turismo abrangendo um diversificado contexto espacial e social, incluindo o local e o regional, sendo portanto, de forma integrada.

Sobre a promoção do turismo, esta pode ser analisada como uma estratégia de marketing municipal realizada “interna e externamente” seja, a nível local e fora do território em eventos que ajudam a propagar a imagem do município. A promoção turística assim concretizada promove a cidade e seus atrativos. Nesse sentido, a propaganda da paleontologia sustentou-se no produto turístico (roteiro) “Conhecendo os Fósseis do Triássico”, amplamente divulgado no evento internacional Copa do Mundo/2014 e com a Exposição itinerante “Fósseis do Triássico”, conforme Figura 3, (JACQUES, 2014).

Figura 3 - Réplica do *Staurikosaurus pricei* – Exposição “Fósseis do Triássico”



Fonte: foto de Vitor Mirailh, (JACQUES, 2014).

Quanto aos parceiros do turismo local, a secretária deixa claro que o maior parceiro é “o setor comercial da cidade” e não o “trade turístico” (hotelaria, agências de viagens, transportadores turísticos, bares, restaurantes, organizadores de eventos, etc). Constatação que pode ser explicada pelo aspecto comercial que o município já adquiriu ao longo do tempo, sendo o comércio a atividade que oferece maior geração de trabalho e renda. Mas o mercado do turismo operado pelo “trade”, colabora com a política pública mediante a participação de hotéis e agência de turismo, visível no produto turístico “Conhecendo os Fósseis do Triássico”, (JACQUES, 2014). Em outro momento, ela destaca a participação das Instituições de Ensino Superior (IES) “com a produção do conhecimento”. Sendo um turismo que tem por atrativo os fósseis, este precisa estar embasado na pesquisa e descrição científica (DA ROSA, 2009, 2011; MANZIG, WEINSCHUTZ, 2012) para então, apropriar-se o turismo em sua vertente técnica, cultural e lúdica.

Ao tratar do desempenho de sua equipe de técnicos, a Secretária enfatizou a qualificação comum a todos que são “Turismólogos”. Uma marca da capacidade de seus colaboradores e as competências que adquiriram ao longo destes sete anos, estando como ela mesma diz, “aptos a disputar mercado pelo acúmulo, experiência e competência que os caracteriza”. Uma equipe preparada é fundamental para construir a política pública municipal de turismo, com reflexos já apontados pela pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, ao avaliar o índice de competitividade de Santa Maria no turismo, onde o destaque está para as Políticas Públicas com 61,7% e a Cooperação regional com 73,8% (PED, 2013).

Numa segunda etapa a entrevista foi aplicada a cada um dos quatro Turismólogos que fazem parte da equipe de turismo do município. Estes profissionais atuam na Secretaria de Município de Turismo, e compartilham em comum o curso superior em Bacharelado de Turismo e são oriundos da mesma instituição superior. Estão na pasta de turismo municipal há 7 anos e respondem atualmente pelos seguintes cargos: Chefe de Gabinete (Tur. 1), Superintendente de Planejamento, Programas e Fomento (Tur.2); Coordenadora de Fomento (Tur.3) e Superintendente de Promoção, Eventos e Mercado (Tur.4).

As respostas obtidas foram agrupadas para cada tema investigado e mostram a visão destes gestores públicos, a respeito do turismo paleontológico, conforme os quadros 2, 3, 4, 5, 6 e 7 respectivamente.

Quadro 2 - Paleontologia

Turismólogos	O que reporta a palavra paleontologia:
Tur. 1	Ossos de dinossauros; escavações em sítios.
Tur. 2	O desconhecido; algo de um passado distante.
Tur. 3	Dinossauros; fósseis vegetais.
Tur. 4	Eras geológicas; fósseis; dinossauros.

Fonte: elaborado pela autora.

No quadro 2, os respondentes compartilham ideias similares a respeito da palavra paleontologia que no entendimento da maioria (Tur.1; Tur.3 e Tur.4) associam esta aos “dinossauros”. O vocábulo “fósseis” também é lembrado por 2 entrevistados (Tur.3 e Tur.4). Apenas o Tur.2 referenciou a paleontologia como “algo de um passado distante” e/ou “desconhecido”. São definições que conferem com Cachão e Marques da Silva (2014) que “registro fóssil é informação do registro geológico do Planeta”, em outras palavras, um registro na escala do tempo geológico que representa o passado da Terra muito distante, milhões de anos em períodos que o homem ainda não estava presente.

Quadro 3 - Turismo Paleontológico do município de Santa Maria/RS

Turismólogos	Vantagens:
Tur. 1	Ação conjunta para Copa do Mundo 2014, “aproximou os municípios que tem a paleontologia em comum”.
Tur. 2	Oportunidade de dialogar a visão científica com a visão do turismo. Turismo cultural aproximou o público de um tema desconhecido.
Tur. 3	“Produto diferencial”.
Tur. 4	Produto (roteiro turístico) é um diferencial das demais ofertas do estado.

Fonte: elaborado pela autora.

Prosseguindo o entendimento dos gestores públicos estratégicos (Turismólogos), sobre o turismo Paleontológico, os quais apontam as vantagens, barreiras e soluções desta atividade no município.

Em relação às vantagens, os respondentes (Tur.1; Tur.2 e Tur.4), convergem no entendimento de que é um diferencial o projeto de paleontologia desenvolvido para a Copa do Mundo/2014. Este aproximou os municípios (que tem em comum a paleontologia) e o produto resultante (roteiro turístico) tornou-se um diferencial no RS. Inclui-se neste entendimento, o valor das parcerias público/privada para a construção de um roteiro turístico com elemento comum a todos: a paleontologia regional.

Mas também foi elucidado pelo entrevistado Tur.2 que esta política “aproximou a ciência do turismo” e por outro lado, um tema até então desconhecido, pelo viés do “turismo cultural conseguiu aproximar o público”. Um entendimento de que o turismo paleontológico antes de ser técnico-científico também é cultural, pois trata de um patrimônio material, o que condiz com PNT (2008) onde a definição de turismo cultural está relacionada com o patrimônio histórico e cultural, e bens materiais e imateriais.

Quadro 4 - Barreiras do Turismo Paleontológico em Santa Maria/RS.

Turismólogos	Barreiras:
Tur. 1	Desconhecido da maioria do público local e regional. Municípios não acreditam na força deste segmento.
Tur. 2	Falta de investimentos em infraestrutura e qualificação da oferta.
Tur. 3	Falta de infraestrutura de acesso; dos atrativos e dos museus. Pouco divulgado na comunidade e nas escolas.
Tur. 4	Falta de guias de turismo qualificados nesta área paleontológica. Museus fechados nos finais de semana. Falta de manutenção de alguns museus.

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre as barreiras do turismo paleontológico, a maioria dos gestores (Turismólogos) enfatizam a falta de investimentos em infraestrutura e qualificação (Tur.2; Tur. 3 e Tur.4) que inclui qualificar atrativos, serviços e guias de turismo. Reporta-se aqui aos Planos Nacionais de Turismo como ferramentas de política pública que orientam para foco na capacitação e qualificação profissional (PNT 2007).

Outro problema visto como barreira para o turismo paleontológico é o “desconhecimento” do tema, como diz o Tur.1 “ desconhecido da maioria do público local e regional”; e “pouco divulgado na comunidade e nas escolas” (Tur.3); e segundo (Tur.1) “os municípios não acreditam na força deste segmento”. Constatações que são orientadas pelo Plano Nacional, visando fortalecer a governança local (PRT, 2007) e o PNT (2013) com foco no desenvolvimento do turismo interno e integração regional.

Para o entrevistado (Tur.4) a “falta de manutenção dos museus e o fato de não abrirem nos finais de semana”, é um fator de barreira ao desenvolvimento do turismo paleontológico.

Quadro 5 - Turismo Paleontológico: soluções

Turismólogos	Soluções:
Tur. 1	Formar parcerias técnica e financeira com entidades afins e universidades.
Tur. 2	Investimentos para criar novos espaços como museus interativos e lúdicos.
Tur. 3	Captar verbas para melhorar as estruturas (acessos e museus); Qualificar a mão de obra; Envolver as IES na educação da paleontologia com as escolas.
Tur. 4	Qualificar a mão de obra e a infraestrutura.

Fonte: elaborado pela autora.

Concluindo a entrevista sobre o “turismo paleontológico” foram registradas as soluções indicadas pelos Turismólogos.

Os recursos financeiros para melhoria dos atrativos, da infraestrutura e para qualificação da mão de obra, são apontados por todos os quatro entrevistados. Estes recursos financeiros são citados também para aplicação na qualificação da oferta de equipamentos turísticos como os museus; para inovação com “museus interativos e oferta do lúdico”.

De acordo com o PED (2013), ao referenciar o eixo do turismo, um dos objetivos é viabilizar o Complexo Turístico e Paleontológico Parque da Alemoa e Rota Paleontológica, notadamente novos espaços museológicos que podem trazer inovação na área, anseios e objetivos que estão em conformidade com o que determina a Lei Estadual nº 11.738 de 2001, em seu § 5º uma exploração turística de preferência com parques paleontológicos e com guias de turismo credenciados.

Outra solução citada por Tur.3 consiste em “buscar a parceria com as IES para desenvolver a educação paleontológica nas escolas”. Trata-se de uma necessidade já prevista no (PMT, 2009-2011, p.12) no eixo estruturante denominado de “planejamento, educação e sensibilização para o turismo” e que converge com a fala da Secretária quando menciona os parceiros do turismo local, citando a cooperação com as Instituições de Ensino Superior (IES).

Quadro 6 - Turismo Paleontológico na região: melhorias

Turismólogos	Sugestões
Tur. 1	Municípios precisam: <ul style="list-style-type: none"> • criar plano de turismo contemplando este segmento de paleontologia; • ampliar a divulgação do turismo paleontológico em eventos; • realizar intercâmbios a nível nacional com municípios que trabalham com o tema paleontologia no turismo.
Tur. 2	Recursos financeiros para criar: <ul style="list-style-type: none"> • museu temático; • réplicas de fósseis para exposição; • “exigir a repatriação de fósseis” como o <i>Staurikossaurus pricei</i> encontrado em Santa Maria (1936) - original está nos Estados Unidos;
Tur. 3	Incentivos públicos e privados; Parceria com as IES que desenvolvem pesquisa na área da paleontologia; Capacitar monitores dos museus.
Tur. 4	Qualificar a mão de obra (guias de turismo) para área da paleontologia. Criação de souvenirs (lembrancinhas) para turistas; Trabalhar o lúdico do turismo paleontológico.

Fonte: elaborado pela autora.

No quadro 6, aparecem as sugestões e melhorias propostas pela equipe de quatro Turismólogos que entenderam ser necessário, não apenas os recursos financeiros mas também a compreensão dos municípios para valoração do turismo paleontológico por meio de promoção, divulgação, realização de intercâmbios nacionais com municípios que tem fósseis.

Mas para o gestor Tur.1 compete aos municípios ampliar a divulgação deste turismo por meio de eventos e sugere ainda a criação de instrumentos de gestão municipal, como um “Plano de Turismo” que aborde esta temática para os municípios que possuem este patrimônio fóssil. Um conjunto de sugestões que vem de encontro à orientação do PED (2013) de ação conjunta dos municípios e atores na “exploração sustentável das potencialidades turísticas locais e regionais”.

Outra sugestão apontada refere-se a trabalhar o lúdico, construir réplicas de fósseis, repatriar fósseis, qualificar guias de turismo para o setor, capacitar monitores de museus e produzir lembranças para os turistas. Ideias que fecham com as diretrizes do PNT (2003) que orienta para o produto turístico com diversificação da oferta, qualificação do mercado, e pode-se citar Beni (2006) que entende ser o produto turístico um diferencial que satisfaz os desejos do consumidor, o turista.

Quadro 7 - Secretária de Turismo na visão dos Turismólogos.

Turismólogos	Avaliação
Tur. 1	Desempenho técnico; eficiente; experiente; busca inovação e integração regional.
Tur. 2	Gestora qualificada, competente, experiente e técnica.
Tur. 3	Qualificada; Trabalha com embasamento científico e legal.
Tur. 4	Competente; comprometida. Busca junto as universidades as informações científicas e técnicas necessárias para a realização de um trabalho de credibilidade. Incansável na sensibilização de todos os atores envolvidos.

Fonte: elaborado pela autora.

Concluindo a análise, o quadro 7, reflete a avaliação dos gestores (Turismólogos) sobre a Secretária de Turismo que os dirige. Observa-se que todos acham relevante o conhecimento técnico, a competência, o comprometimento, a busca pela pesquisa com embasamento científico, a postura inovadora, e o estímulo aos envolvidos no processo turístico do município.

Percebe-se nestas qualidades fatores que influenciaram na implantação de uma política pública de turismo, pois o gestor público avaliado tem conhecimentos técnicos para propor e desenvolver instrumentos alinhados com a política nacional do turismo, como o Plano Municipal de Turismo, o qual identifica e reconhece para o município de Santa Maria o patrimônio paleontológico (PMT, 2009) e insere a política pública voltada para desenvolver esta atividade no município e região.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados encontrados na análise de conteúdo demonstram que os gestores públicos do turismo sujeitos do processo investigatório, tem conhecimento das políticas públicas municipais de turismo paleontológico de acordo com o papel que cada um desempenha na pasta do turismo.

Para a gestora que coordena a Secretaria de Município de Turismo (Secretária), a política de turismo num contexto geral é integradora. Esta tem clareza do papel da promoção, da comunidade, dos parceiros e a contribuição da sua equipe técnica no contexto do turismo municipal.

Os demais gestores (Turismólogos) avaliam a política pública nas ações de desenvolvimento do turismo paleontológico. Visível quando comentam a aproximação dos municípios que participam com seus atrativos no roteiro proposto “Conhecendo os Fósseis do Triássico”, veiculado por meio de parcerias público/privada para divulgar e promover o município e região na copa do Mundo 2014.

Apontam que a maioria dos municípios da região central são carentes de instrumentos públicos como uma política pública voltada para o turismo, estabelecida em programas, projetos e ações, (Cruz, 2000) a exemplo de um Plano Municipal de Turismo sugerido pelos gestores como uma alternativa aos municípios que ainda não possuem um plano de turismo.

Embora o turismo paleontológico esteja contemplado no Plano Municipal de Turismo e posteriormente as ações como “Santa Maria e região na Copa do Mundo 2014” tenham contribuído para dar visibilidade à paleontologia de Santa Maria e da região, esta atividade ainda é embrionária, pois para a gestora pública dirigente da pasta de turismo, “o turismo paleontológico é o sinalizador do futuro da atividade turística de Santa Maria e região centro”.

O que é perceptível pela maioria dos gestores entrevistados e precisa ser ampliado são as parcerias das IES; a integração do poder municipal por meio das secretarias (turismo, cultura, desportos) para dar continuidade às ações em prol do turismo paleontológico, como a inserção de uma educação paleontológica nas escolas do município e da região. Unir o conhecimento técnico à uma política pública que priorize a educação turística constitui-se em contribuir para uma geração de cidadãos mais conscientes do valor do patrimônio cultural, técnico e científico da sua terra.

Como a política de turismo em Santa Maria é aberta e inclusiva e busca a integração regional, esta pode articular com a região em que está inserida e propor um Plano regional de turismo Paleontológico, ferramenta orientadora para os municípios que tem a paleontologia como recurso turístico em seu território. Um plano que entre muitos eixos priorize a comunidade do entorno dos atrativos fósseis (sítios e museus) com acesso a educação patrimonial para valorar a história do seu local.

Necessário realizar a qualificação dos equipamentos locais e regionais, especialmente os museus de paleontologia com gestão municipal. Capacitar recursos humanos e adquirir recursos materiais que permitam uma melhor organização e interpretação do acervo, pois para os gestores estes são carentes de monitores, de manutenção, de mão de obra e verbas para que funcionem nos finais de semana (sábado e domingos).

Uma alternativa é manter um espaço permanente com exposição de fósseis na cidade de Santa Maria, tendo em vista que as exposições itinerantes de 2014 tiveram aceitação e

juntamente com o roteiro “Conhecendo os Fósseis do Triássico” divulgaram Santa Maria e região e despertaram para uma opção turística diferencial. Esta exposição de caráter informativo/educativo representada pela paleontologia local e regional teria importante papel na difusão do conhecimento deste patrimônio fóssil e reforço à política pública municipal. Esta poderia ser formatada em parceria público/privado ocupando estagiários do turismo, agências receptivas, secretarias de turismo e afins, assegurando sua continuidade no pós - governo atual.

O “trade turístico” deve ser sempre convocado na discussão do turismo local para que se envolva mais com o mercado do turismo receptivo ou apoie as iniciativas em prol do turismo municipal e regional.

Sendo o comércio colaborativo e parceiro fundamental, aproveitar este viés para incentivar novos negócios que envolvam a produção associada ao turismo, como artesanato que reproduza a paleontologia, para começar a suprir a falta de “souvenirs” nesta temática.

Embora a paleontologia seja complexa para o leigo, deve-se lembrar que esta é suporte ao público estudantil (ensino básico, médio, superior) em saídas de campo (visitas a sítios e museus) que buscam ampliar conhecimentos e aprendizados nas áreas das ciências naturais – denominado também de turismo pedagógico. Este ocorre na região com mais frequência, mesmo com a deficiência dos museus e dos sítios paleontológicos ou da carência de mão de obra, pois complementa a prática do currículo escolar.

Todavia há espaços para inserção de museus temáticos modernos e lúdicos onde os projetos podem ser oriundos das IES com seus cursos de Arquitetura, Engenharia e Turismo e áreas afins. Ideias que possam aproveitar locais públicos e prédios históricos em abandono ou em vias de recuperação, como estações férreas, que transformadas em espaços culturais, preservam a sua memória e podem proteger a memória da terra, os fósseis.

Infraestrutura de sítios e locais de escavação para um turismo de experiência requer projetos de maior envergadura e busca de parceiros certos, mas não impossível. Este deve ser apoiado pelas IES, em acordo com as legislações ambientais, legislações nacionais, estaduais e municipais referente aos fósseis, legislações turísticas e plano diretor municipal.

Propor um intercâmbio, conforme sugerido pelos gestores públicos, com outros municípios do Brasil que agregam a paleontologia é de substancial importância para troca de experiências, visando aprimorar e fortalecer uma rede de regiões que cuidam do patrimônio fóssil. Neste tema, destacam-se: o Monumento Natural Vale dos Dinossauros (pegadas de dinossauros) em Souza na Paraíba; o Museu dos Dinossauros e Centro de Pesquisas Paleontológicas Llewellyn Ivor Price de Peirópolis em Uberaba/Minas Gerais (leva o nome

do santamariense); o Museu Paleontológico da Universidade Regional do Cariri no Ceará que desenvolve oficinas e saídas de campo para escolas de sua região; o museu de Paleontologia de Marília no Paraná, o Museu da Terra e da Vida do Centro Paleontológico de Mafra (PR), entre tantos espalhados pelo país.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública de turismo é uma ferramenta essencial para mapear e nortear os programas de turismo a nível municipal e regional.

Objetivo da pesquisa foi identificar e analisar esta política pública relativa ao turismo paleontológico e sua contribuição local.

A pesquisa demonstrou que a atual política municipal de turismo de Santa Maria – RS contempla o segmento do turismo paleontológico em seu Plano Municipal de Turismo e reporta a ações efetivas desta política pública, como a campanha “Santa Maria e região na Copa do Mundo 2014” que resultou em parcerias público/privada do município e região, para os produtos: exposições itinerantes e o roteiro turístico “Conhecendo os Fósseis do Triássico”

As bases do turismo paleontológico embora recentes estão inseridas como política de governo, mas necessitam de continuidade em ações voltadas para articular recursos financeiros, estimular o empreendedorismo, inserir a educação paleontológica, capacitar e qualificar o setor, em parceria público/privada e participação ativa das IES.

Deve-se lembrar que a política pública tem que atender aos anseios da comunidade e igualmente as demandas locais. No caso da paleontologia, esta ainda tem carências que precisam ser supridas como favorecer as comunidades do entorno dos atrativos e também formar uma rede de cooperação entre os municípios que possuem fósseis em seu território. Esta rede fortaleceria o processo regional do turismo paleontológico e os benefícios seriam colhidos por todos, já que a política pública municipal em consonância com o Plano Nacional de Turismo está voltada para a integração regional.

Consolidar o turismo paleontológico exige esforços conjuntos do setor público, das instituições públicas/privadas, da sociedade, do “trade turístico”, para reconhecer os fósseis como um recurso turístico sustentável, que valorize a cultura, a educação, a economia, o meio ambiente e beneficie a comunidade em geral.

Entre as limitações do estudo destacam-se: a) raridade de publicações nacionais e internacionais sobre o segmento de turismo paleontológico, um tema complexo e pouco

estudado, que abrange o turismo técnico-científico; b) referências de políticas públicas para o setor do turismo paleontológico.

No entanto, recomenda-se dar continuidade às pesquisas no tema para analisar o reflexo desta política pública municipal, no contexto local/regional realizando estudos sobre:

- a) demanda e percepção do turista em visitas a museus, sítios, exposições, eventos.
- b) impactos deste tipo de turismo nas comunidades do entorno dos atrativos;
- c) diagnóstico e comparação de política pública de turismo paleontológico entre os municípios brasileiros que contém registros fósseis pois, Santa Maria demonstrou ser um “case”, onde a política pública para a paleontologia está inserida como macroprograma no Plano Municipal de Turismo desde 2009 e ações já são visíveis no município e região.

7. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA MARIA. **PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria**: 2014 – 2030. Ed. Pallotti, 2013, 149p.

_____. Caderno de Propostas. Santa Maria, 2011, 48p.

BARRETO M.N; BURGOS R; FRENKEL D. **Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais**. Ed. Papirus, Campinas, 2003.

BENI, M. C. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006, 195p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil>>. Acesso em: 14 julh. 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**: diretrizes, metas e programas: 2003-2007. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**: diretrizes, metas e programas: 2007-2010. Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil: 2013-2016. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: diretrizes operacionais. Brasília, 2004a.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: diretrizes políticas. Brasília, 2004b.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. 2.ed. Brasília, 2008. 60p.

CACHÃO, M. e MARQUES DA SILVA, C. **Introdução ao Património Paleontológico Português**: definições e critérios de classificação. Geonovas – Associação Portuguesa de Geólogos, p. 13-19. 2004. Disponível em:<<http://paleoviva.fc.ul.pt/cmsbibliografia/cms061.pdf>> Acesso em: 10 out. 2015.

CRUZ, R.C.A. **Políticas públicas de turismo no Brasil**: território usado, território negligenciado. 2005, 43p. Disponível em: < <http://disciplinas.stoa.usp.br>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

_____. **Política de Turismo e Território**. São Paulo. Ed. Contexto, 2000.167p.

DA ROSA, A. A., Paleontological Tourism at Maria, Southern Brazil: Potencial vs Reality. In: **II Congresso Latino-americano de Paleontologia de Vertebrados**, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ 10 a 12 ago. 2005.

_____. (Org.). **Vertebrados fósseis de Santa Maria e região**. Santa Maria, Ed. Pallotti, 2009, 480p.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. Futura, São Paulo, 1998.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. Futura, São Paulo, 2000.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. Atlas, São Paulo, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DOMINGOS, S. C. C. **O Paleoturismo em Portugal**: proposta de modelo de enquadramento e valorização turística do Património Paleontológico. 2013, 188f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural)- Instituto Politécnico de Tomar, Portugal, 2005. Disponível em: < <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/6539/1/2013-12>> Acesso em: 16 out. 2015

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. Atlas, São Paulo, 1996.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. Atlas, São Paulo, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2008.

JACQUES, Vera. Santa Maria e Região na Copa do Mundo. Prefeitura lança campanha de estímulo ao turismo paleontológico. **Prefeitura Municipal de Santa Maria**, Santa Maria, 28 mai. de 2014. Disponível em:<<http://www.santamaria.rs.gov.br/turismo/index.php?secao=noticias&id=8454>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

LORENCI, C. T. B. **Geoturismo**: uma ferramenta auxiliar na interpretação e preservação do patrimônio geopaleontológico da região central do RS. 2013. 183 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

MANZIG, P. C.; WEINSCHUTZ, L.C. **Museus & Fósseis da região Sul do Brasil**. Marechal Cândido Rondon: Paraná, Ed.Germânica, 2012, 308p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Secretaria de Município de Turismo. **Plano Municipal de Turismo de Santa Maria (2009 – 2012)**, 41p. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/turismo> > Acesso em: 17 mai. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Código Estadual do Meio Ambiente**. Secretaria do Meio Ambiente. RS, 2000. 106p.

_____. **Lei Estadual de Patrimônio Paleontológico no Rio Grande do Sul. Lei 11.738/02**, aprovada pela Assembléia em 13 de dezembro e sancionada em 13 de janeiro pelo governador do RS Olívio Dutra.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; CAPES : UAB, Brasília, 2009. 130p.

SANTOS DE SÁ, W. F.; BARBOSA F. G. M.; CARVALHO, I. S. Conservação do patrimônio geológico de Sousa, Paraíba (Brasil): importância científica, educacional e geoturística. In: I SIMPÓSIO DE GEOPARQUES Y GEOTURISMO EM CHILE, Milepeuco, Chile, 2011. p.131-134.

Disponível em: < http://www.igeo.ufrj.br/~ismar/6/6_8.pdf>. Acesso em 20 set. 2015.

SARAIVA, E. **Introdução a teoria da Política Pública**. Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v.

SCHWANKE, C. & SILVA, M.A.J. Educação e Paleontologia. In: CARVALHO, I.S. (Ed) **Paleontologia**. Rio de Janeiro, Ed. Interciência, 2 vol. p.123-130, 2004.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.